

Centros de apoio de professores: estratégia de formação e inovação

As acções a desenvolver devem ser determinadas segundo as possibilidades de acesso directo e generalizado dos professores. Assim se combinarão pólos que, pela sua diferente inserção, favoreçam a comunicação e ofereçam uma pluralidade de respostas

Maria José Martins *

Os centros de formação de professores têm-se desenvolvido, nas décadas mais recentes, em quase todos os países, com uma enorme diversidade de fórmulas.

Também em Portugal se iniciou, em diferentes períodos, a sua implantação: em 1975/76, no âmbito do projecto do INIP, e articuladamente com a implantação do ensino unificado, preparou-se a dotação de Centros Regionais de Apoio Pedagógico; mais recentemente, a DGEJ, no âmbito do ensino primário, tem mantido, com vários sucessos e bastantes dificuldades de natureza funcional, a experimentação de CAP a nível concelhio. Paralelamente, verificam-se algumas iniciativas, quer por parte de autarquias quer por parte de grupos interessados de professores, no sentido de constituir núcleos que sirvam de ponto de encontro e de trabalho em comum, proporcionando a disponibilização de material pedagógico e/ou a sua produção, bem como a realização de actividades de formação com os recursos possíveis.

Trata-se, pois, de um movimento que procura colmatar problemas sentidos na actividade educativa: o isolamento dos professores (sobretudo os do ensino primário), as carências de materiais de apoio didáctico, as necessidades de ajustamento das competências dos professores relativamente às exigências pedagógicas.

A partir das experiências cotidianas, no nosso e noutros países, é possível retirar alguns ensinamentos e mesmo identificar variantes na concepção e no funcionamento desses centros.

Uma rede de serviços

Levantam-se, entretanto, questões estratégicas que será necessário analisar. No momento em que a nova Lei de Bases do Sistema Educativo faz emergir problemas de renovação, muitos dos quais são velhas feridas do sistema educativo, de que modo se vão conjugar os recursos (institucionais, humanos e de equipamento)?

* Docente responsável pelo CAFOP na ESE de Lisboa.

ma educativo, de que modo se vão conjugar os recursos (institucionais, humanos e de equipamento)?

§ — Particularmente as Escolas Superiores de Educação, considerando a dimensão das zonas da sua inserção (de âmbito distrital) e a dispersão da rede escolar, importa definir processos que estabeleçam uma verdadeira relação interactiva destas com os estabelecimentos de ensino. Como órgãos de implantação regional, não lhes será difícil difundir, num só sentido, algumas publicações ou organizar, na sede do distrito, sequências mais ou menos longas de formação, ou mesmo pontualmente enviar «missões» de formadores a uma ou outra escola. Será preciso, no entanto, criar fórmulas que permitam um fluxo dessas actividades em várias direcções: aproximar os professores isolados, conhecer e utilizar, como recursos, os agentes individuais e colectivos de actividades desenvolvidas nas escolas e em outras instituições da região, identificar as necessidades que solicitem respostas mais urgentes.

As estratégias de animação e de formação a desenvolver pela ESE na região devem, pois, ser determinadas, segundo as possibilidades que criarem de acesso directo e generalizado dos professores às actividades.

É este o sentido da constituição de uma rede: combinando pólos que pela sua diferente inserção favoreçam mecanismos de comunicação e, pela diversidade dos seus recursos, ofereçam uma pluralidade de respostas. Os Centros de Recursos (ou CAFOP) das ESE, pelo seu raio de acção e âmbito de inserção, caracterizam-se como centros de nível «intermédio» ou regional: «A sua clientela é dispersa, de modo que a presença física dos que constituem esta clientela não pode constituir o meio essencial de comunicação entre eles e o Centro.»

A sua inserção numa unidade institucional de formação contribui entretanto para lhe definir melhor os contornos. Este quadro institucional diferencia-o dos centros de professores autónomos ou pertencentes a uma cadeia nacional es-



Uma prestação de serviços...

pecificamente destinada ao apoio directo às escolas. Com efeito, é a ESE o verdadeiro Centro e, como tal, apresenta condições que interessa identificar:

- competências reunidas no corpo docente, cobrindo diferentes domínios no âmbito da educação e dos conteúdos escolares;
- capacidade institucional e ad-

ministrativa de reordenamento com instâncias de definição da política educativa;

— autonomia na concepção, planeamento e desenvolvimento de programas de pesquisa e de formação;

— capacidade financeira e logística de aquisição de um fundo documental, de dimensão e âmbito significativo;

— capacidade financeira e logística de aquisição, manutenção e utilização de equipamento tecnológico sofisticado;

— capacidade institucional de articulação com outras instituições educativas do sistema nacional, nomeadamente no âmbito da formação.

Todas estas condições oferecem, pois, facilidades a pôr ao serviço da acção educativa, quer para corresponder a empreendimentos de âmbito nacional (apoio à implantação de reformas educativas, experimentação de programas, estudos sobre a rede escolar, etc.) quer para responder a situações próprias da região (acompanhamento de experiências, programas de formação dirigidos a profissionais educativos, produção de materiais, difusão de publicações, etc.).

Centros locais

Tais actividades devem, entretanto, desenvolver-se com base em «extensões» que as articulem, lhes permitam continuidade e, sobretudo, as alimentem com os dados da realidade regional. É este o sentido da constituição de uma rede de serviços: a conjugação de núcleos polarizadores em diferentes níveis de implantação.

A importância dos centros de apoio locais (concelhios ou de zona) reside na possibilidade de se radicarem nas actividades e nos recursos dos próprios estabelecimentos de ensino, constituindo verdadeiros pontos de encontro e de trocas de experiência.

É possível e desejável que disponham de um núcleo de documentação e de equipamento, disponibilizados para a utilização pelos professores, quer como apoio à sua actividade escolar, quer como base para a produção ou reprodução de materiais e projectos comuns a várias escolas ou a professores individualmente. É necessário considerar condições de pessoal que tornem exequível o seu funcionamento: um ou dois professores para isso destacados, que assegurem a regularidade da abertura e da realização dos planeamentos efectuados, com a participação de um conselho representativo da zona em que se insere o centro. Assim, a programação gerida pelos próprios interessados viria assegurar a pertinência da orientação definida e a continuidade dos programas desenvolvidos.

Os centros locais são, eles próprios, pólos de actividade com muitas potencialidades, mas o âmbito restrito do seu raio de acção e a necessária exiguidade dos seus recursos e do seu pessoal entravam o desenvolvimento de programas de maior envergadura, ao mesmo tempo que lhes limitam o confronto com outras referências e não asseguram o reconhecimento formal das actividades formativas no percurso profissional dos professores. Uma vez integrados ou articulados num sistema de formação que constitua uma rede de recursos, adquirem um significado mais amplo e constituem uma peça fundamental a considerar nos projectos das ESE.

Não é viável diferenciar um modelo único de centros ao nível local. No campo de atribuições das ESE, devem, em, encetar-se com os núcleos de actividades locais já existentes projectos de desenvolvimento que abrangiam a formação dos professores-animadores, a participação em actividades por eles previstas, o acompanhamento e colaboração na avaliação dessas actividades, a elaboração de materiais cuja produção só é viável com recursos humanos e de equipamento de que as ESE dispõem. Procurando alcançar mais longe, importa também, desde já, estabelecer pontos de contacto com as escolas de todo o distrito, de modo a promover a constituição de mais pólos de convergência de actividades.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores - Formação